

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de setembro de 2025 às 07h56
Seleção de Notícias

Agência Estado - Broadcast | BR

Propriedade Intelectual

Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de Reciprocidade contra EUA	3
FAVOR	

CNBC Brasil Online | BR-SP

Patentes

Especialistas recomendam cautela na aplicação da Lei da Reciprocidade contra os EUA	5
ALLAN RAVAGNANI	

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

Uma década da lei de mediação	7
-------------------------------------	---

Arbitragem e Mediação

Um retrato do uso da IA na produção de provas na arbitragem	9
---	---

MSN Notícias | BR

30 de agosto de 2025 | Pirataria

IA é forma sofisticada de pirataria, diz Laurentino Gomes	13
MSN	

Folha.com | BR

Patentes

Governo acionou reciprocidade por não ver margem de negociação com EUA	15
ÚLTIMAS NOTÍCIAS MARIANA BRASIL	

Patentes

Tarifas recíprocas contra EUA levariam meses, mas Brasil tem ferramenta para retaliação rápida	17
ÚLTIMAS NOTÍCIAS PATRÍCIA CAMPOS MELLO	

R7 | BR

30 de agosto de 2025 | Pirataria

Maior operação contra sementes piratas no Brasil apreende 3 mil toneladas no RS	19
PRISMA	

Veja.com | BR

Marco regulatório | INPI

Colgate entra para grupo de marcas de alto renome no Brasil	20
PEDRO GIL	

Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de Reciprocidade contra EUA

Por Eliane Cantanhêde, do **Estadão**

Brasília, 28/08/2025 - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou e o Itamaraty acionou a Câmara de Comércio Exterior (Camex) para iniciar consultas, investigações e medidas com vistas à aplicação da Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos, como resposta ao tarifaço de 50% que atinge setores e produtos brasileiros.

Assim que a Camex acusar recebimento do pedido, o Itamaraty comunicará a decisão oficialmente ao governo Donald Trump, o que pode ocorrer em dias, ou até horas, às vésperas, portanto, do início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe, no Supremo Tribunal Federal (STF).

"A Lei da Reciprocidade do Brasil equivale à Seção 301 dos EUA, foi aprovada pelo Congresso com apoio de todas as tendências ideológicas, contém rito e prazos, sem arbitrariedades, e visa a defender o interesse nacional", justificou o chanceler Mauro Vieira ao **Estadão**, tentando evitar um clima de guerra, dando um caráter técnico e formal à iniciativa e defendendo a abertura de diálogo e negociações com o governo norte-americano.

A lei prevê represálias nas áreas de tarifas, serviços e **propriedade** intelectual, entre outras.

Vieira consultou o presidente Lula sobre o uso da Lei da Reciprocidade na sexta-feira passada, durante viagem à Colômbia, e combinou o início do processo na última terça-feira, quando o tema foi tratado também com outros ministros, à parte da segunda reunião ministerial do ano.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, que está no México, participou ativamente da decisão e foi avisado do envio do ofício à Camex na

tarde desta quinta-feira, 28, por telefone.

O governo brasileiro vinha negando sistematicamente a intenção de usar a Lei da Reciprocidade, inclusive em contatos com setores privados, mas decidiu que só abrindo essa frente haverá alguma chance de início de diálogo e negociação com os EUA - que, até agora, têm agido unilateralmente e fechado portas e ouvidos para as ponderações e argumentações do Brasil.

Lula, Alckmin e Vieira concluíram que não sobraram alternativas a não ser recorrer a um instrumento legal, legítimo e equivalente à Seção 301, usada por Trump para investigar práticas comerciais do Brasil e até Pix, desmatamento e a Rua 25 de Março, em São Paulo. Assim como o Brasil respondeu aos questionamentos civilizadamente, em mais de 80 páginas, espera que os EUA aja agora da mesma maneira. Trump, porém, é considerado "imprevisível".

A expectativa é de que Trump finalmente abra espaço para conversas e um acordo quanto às tarifas, mas a decisão de Lula é clara: se isso não ocorrer, o Brasil irá até o fim, até a efetiva aplicação da Lei da Reciprocidade.

Se cumpridos todos os ritos e prazos máximos, inclusive de consulta da Camex aos ministérios envolvidos, como Desenvolvimento, Agricultura e Ciência e Tecnologia, a aplicação da Lei só deverá ocorrer em 210 dias a partir desta quinta-feira. Não significa, porém, que os prazos não possam ser reduzidos.

Além da Lei de Reciprocidade, aprovada no contexto de negociações com a União Europeia, e sob a liderança da senadora Tereza Cristina, ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, o Brasil também abriu consultas formais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o tarifaço de

Continuação: Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de Reciprocidade contra EUA

Trump, num processo que pode chegar à abertura de um painel para cobrança de explicações a Washington.

O recurso à OMC, porém, tem peso mais político do que prático, diante do enfraquecimento da própria organização e dos demais organismos multilaterais na era Trump. Numa terceira frente, a Advocacia-Geral da União (AGU) contratou um escritório de advocacia nos EUA para defender o País do tarifaço.

Em reunião com o seu correspondente em Washington, o chefe do Departamento de Estado Marco Rubio, Mauro Vieira já havia lembrado que o Brasil é deficitário nas relações comerciais com os EUA e tem um regime democrático que respeita o devido processo legal e a independência entre os Poderes.

Advertiu, assim, que não há qualquer possibilidade de negociação com base no processo de Bolsonaro, pois o presidente Lula, "além de não querer", está impedido pela Constituição de intervir em outro poder, como chegou a exigir Trump em carta a Lula pelas redes sociais, considerada não recebida pelo Itamaraty.

Autoridades brasileiras negam, porém, que haja uma conexão direta entre o "timing" da deflagração de providências para o uso da Lei da Reciprocidade contra os EUA e o início do julgamento do "núcleo crucial" da tentativa de golpe de Estado, marcado para a próxima terça-feira, 2, que poderá levar o ex-presidente Bolsonaro à condenação e à prisão definitiva. Segundo essas pessoas, são dois processos totalmente independentes - apesar da insistência de Trump de condicionar uma coisa à outra.

Especialistas recomendam cautela na aplicação da Lei da Reciprocidade contra os EUA



A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de autorizar consultas para a aplicação da Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos abriu um debate sobre os riscos e os limites de uma retaliação comercial. A medida é uma resposta ao tarifação de 50% imposto pelo governo de Donald Trump sobre produtos brasileiros, mas especialistas avaliam que seus efeitos podem ser mais políticos do que econômicos.

"Não se trata de um movimento com desdobramentos diretos para os EUA neste momento, já que apenas abre o processo de análise. Mas, diante da imprevisibilidade de Trump, isso pode gerar uma escalada", afirmou Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos. Para ele, o gesto brasileiro pode ser interpretado como um aumento da tensão, sem garantia de acelerar negociações.

O que pode ser taxado sem pesar no consumidor

O advogado especialista em direito internacional, Larry Carvalho, avalia que o Brasil deve usar a lei de forma estratégica, mirando setores americanos mais sensíveis sem criar inflação interna.

"O caminho lógico é mirar em bens manufaturados de alto valor agregado e não em insumos essenciais. Produtos de luxo, veículos de grande porte, embarcações de recreio, aeronaves executivas e até mes-

mo softwares e serviços digitais poderiam ser incluídos", disse Carvalho.

Na prática, isso significa que um imposto sobre aeronaves executivas ou sobre softwares de grandes corporações teria impacto direto sobre empresas emblemáticas dos EUA, sem afetar a cesta de consumo dos brasileiros.

"Não seria conveniente atingir insumos industriais de alta tecnologia, semicondutores, maquinário agrícola de ponta, medicamentos e equipamentos médicos. Esses produtos são cruciais para a competitividade da indústria brasileira e para áreas sensíveis como saúde pública", completou.

O peso da propriedade intelectual

Para Lucas Ruiz Balconi, doutor em Direito pela USP e especialista em direito digital, a inovação da lei está na possibilidade de suspender direitos de **propriedade** intelectual como forma de pressão.

"Suspender patentes farmacêuticas ou direitos sobre softwares tem impacto estratégico muito maior do que sobretaxar bens físicos. É uma alavanca poderosa porque atinge corporações que dependem do valor de seus ativos intangíveis de Hollywood ao Vale do Silício", afirmou.

Balconi lembra que a lei, sancionada em abril, é considerada o equivalente brasileiro à Section 301 americana dispositivo usado por Washington para justificar retaliações comerciais. Para ele, a força da norma está em atualizar os instrumentos de defesa comercial para o século XXI, em um cenário em que os ativos intangíveis têm mais peso do que commodities.

Caminho técnico e prazos

Continuação: Especialistas recomendam cautela na aplicação da Lei da Reciprocidade contra os EUA

O advogado André Dantas detalha que o processo de aplicação da lei passa por análise da Câmara de Comércio Exterior (Camex), consultas públicas e deliberação final. "O prazo estimado é de 30 a 45 dias para a Camex apresentar um número oficial de sobretaxa, mas em casos de urgência a lei autoriza contramedidas provisórias já dentro do primeiro mês", disse.

A advogada Nayhara Cardoso, especialista em direito tributário, reforça que a lei exige proporcionalidade e cautela na escolha dos alvos. "O Brasil pode agir de forma seletiva, mirando setores emblemáticos dos EUA e evitando impacto direto no mercado interno. Normalmente se priorizam produtos com produção nacional suficiente ou bens simbólicos para aumentar a pressão política em Washington."

Governo busca equilíbrio

Apesar do movimento de pressão, o discurso do governo brasileiro ainda é de cautela. Em entrevista à rádio Itatiaia na manhã desta sexta-feira (29), o presidente Lula afirmou não ter pressa para decidir: "Eu não sei, vamos esperar os estudos da Apex e dos ministérios, não tenho pressa, até lá tem um tempo ainda."

O vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, reforçou a estratégia de diálogo: "O que eu espero é que isso ajude a acelerar a negociação. O Brasil sempre atuou promovendo entendimento."

Pressão calculada

A Lei da Reciprocidade prevê contramedidas proporcionais quando outros países violam acordos ou impõem barreiras comerciais. Entre as ferramentas estão tarifas, suspensão de concessões comerciais e até a **quebra** de patentes. A norma é vista como um

movimento de "pressão calculada", semelhante ao que a China utilizou em disputas comerciais com os EUA.

Para os especialistas ouvidos, a eficácia da retaliação brasileira dependerá da escolha dos alvos. Se mirar produtos de luxo e serviços digitais, pode criar efeito político nos EUA sem prejudicar o consumidor local. Mas se incluir insumos estratégicos, o risco é de autogolpe: encarecer custos no Brasil sem resultado concreto na mesa de negociação.

CNI também pede 'cautela'

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende prudência na aplicação da Lei da Reciprocidade e insiste na manutenção do diálogo com os Estados Unidos como caminho principal para reduzir os impactos do tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros.

Para a entidade, o momento exige discussões técnicas e insistência em negociações bilaterais, evitando que medidas precipitadas ampliem tensões diplomáticas.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, vai liderar na próxima semana uma comitiva de mais de 100 empresários e dirigentes setoriais em Washington, com o objetivo de fortalecer a defesa do setor produtivo brasileiro.

A agenda inclui reuniões com representantes do governo americano, encontros empresariais e a preparação para a audiência pública da investigação aberta sob a Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA. Alban destaca que as economias dos dois países são complementares e que a estratégia deve ser buscar mais exceções ao tarifaço ou sua reversão parcial, preservando uma relação comercial de mais de dois séculos.

Uma década da lei de mediação



A promulgação da lei 13.140, de 26 de junho de 2015, conhecida como lei da **mediação**, representou um marco decisivo no ordenamento jurídico brasileiro. Uma década da lei de **mediação** Flavio Henrique Elwing Goldberg A promulgação da lei 13.140, de 26 de junho de 2015, conhecida como lei da **mediação**, representou um marco decisivo no ordenamento jurídico brasileiro. sexta-feira, 29 de agosto de 2025 Atualizado às 08:47 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A promulgação da lei 13.140, de 26 de junho de 2015, conhecida como lei da **mediação**, representou um marco decisivo no ordenamento jurídico brasileiro ao reconhecer, de forma sistemática, a **mediação** como meio legítimo e eficaz de resolução de conflitos. Agora, em 2025, ao se completar uma década de sua vigência, impõe-se refletir sobre sua importância para a consolidação de uma nova cultura jurídica, mais voltada à pacificação social e menos centrada na lógica adversarial que historicamente predominou em nossos tribunais.

No desenvolvimento histórico da civilização como impulso de sobrevivência, a humanidade parte do

conflito e da barbárie e, através da **mediação**, ascende à convivência harmônica da simetria respeitante às diferenças. Assim tem sido com as turbulências naturais da vida social, que precisam e devem ser resolvidas sob o manto da ética e da lei. A **mediação**, nessa perspectiva, não se limita a um procedimento técnico, mas se revela como expressão de maturidade civilizatória, instaurando um caminho em que a divergência não conduz à destruição, mas à construção compartilhada de soluções.

A lei da **mediação** não surgiu por acaso. Ela foi fruto da necessidade de dar respostas à crise estrutural do Judiciário, que, assoberbado por milhões de processos, já não conseguia garantir, em tempo razoável, a efetividade da tutela jurisdicional. A **mediação** se apresentou, assim, não apenas como um mecanismo auxiliar para desafogar a máquina judiciária, mas sobretudo como uma ferramenta transformadora, capaz de restituir às partes o protagonismo sobre suas próprias controvérsias, permitindo-lhes construir soluções mutuamente satisfatórias. Nesse sentido, a lei deslocou o foco do litígio para o diálogo, valorizando a autonomia da vontade e a preservação dos vínculos sociais, familiares e empresariais.

Ao longo destes dez anos, é possível constatar avanços concretos. O CNJ estimulou a criação de centros judiciários de solução de conflitos, os CEJUSCs, que se espalharam pelo país e passaram a oferecer ao cidadão um espaço de acolhimento e negociação. A figura do mediador profissional ganhou contornos normativos claros, assegurando imparcialidade, capacitação técnica e responsabilidade ética. Empresas e órgãos públicos, por sua vez, foram instados a adotar a **mediação** como instrumento de gestão de disputas, o que contribuiu para uma mudança cultural também no âmbito da Administração.

A importância da lei da **mediação**, no entanto, transcende seus efeitos imediatos sobre o sistema de justiça. Ela representa um verdadeiro convite à

Continuação: Uma década da lei de mediação

cidadania participativa. Ao estimular que as partes dialoguem, reconheçam interesses recíprocos e construam soluções criativas, a lei resgata valores de cooperação, solidariedade e respeito, essenciais à vida em sociedade. Mais do que resolver conflitos, ela ensina a preveni-los, lançando as bases de uma convivência mais civilizada e democrática.

No meu livro **Mediação** em Direito de Família, aspectos jurídicos e psicológicos (2018), pesquisei os aspectos da subjetividade e da emoção na tomada de decisões individuais e coletivas que impulsionam o movimento existencial. As mesmas forças íntimas que permitem a sublimação da arte, da cultura, do esporte, enfim, do tecido humano da comunidade, também podem facilmente ser desviadas para o ódio, o medo, a perversidade e o crime. A **mediação** como ciência é uma conquista da estratégia do ser humano

para o próprio ofício da estratégia da sobrevivência. Hoje o mundo observa perplexo uma autofagia nas divisões políticas, sociais, religiosas, nacionais. Os organismos internacionais criados após a Segunda Guerra Mundial têm se mostrado impotentes para resolver os conflitos, o que acaba contaminando as interações pessoais. Urge, diante dessa realidade, aprimorar e usar com frequência as normas de sensatez que norteiam, no Brasil, a lei da **mediação**. Ela nos oferece as ferramentas necessárias para este arbítrio. Cabe aos estadistas e a cada cidadão compreender que a barganha e o negócio abrem as fronteiras e as mentes, contrastando com o uso da força e das paixões desenfreadas.

Flavio Henrique Elwing Goldberg Advogado e mestre em Direito.

Um retrato do uso da IA na produção de provas na arbitragem



A utilização da inteligência artificial na fase probatória da **arbitragem**: ponderação de ganhos e riscos

Um retrato do uso da IA na produção de provas na **arbitragem** Flavia Cristofaro A utilização da inteligência artificial na fase probatória da **arbitragem**: ponderação de ganhos e riscos sexta-feira, 29 de agosto de 2025 Atualizado às 11:27 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Escrever sobre o uso da IA - inteligência artificial em qualquer atividade deve ser comparado a tirar uma fotografia: ambas as ações retratam um momento específico, refletem a efemeridade de algo que pode se modificar no instante seguinte.

Não é diferente do uso da IA na fase de produção de provas na **arbitragem**. Assim, a análise aqui proposta apresenta uma breve reflexão do estágio atual, sendo esperado que a evolução da IA e o crescimento exponencial da sua utilização tragam muitas novidades e modifiquem o cenário deste momento e as conclusões pontuais aqui desenvolvidas.

Se, de um lado, a IA não pode substituir o árbitro em sua função de decidir¹, segundo a qualificação que lhe é atribuída pela lei 9.307/19962, ela já vem sendo amplamente usada na produção de provas, trazendo muitas vantagens e garantindo celeridade a essa fase do procedimento arbitral. No entanto, ainda existem pontos de atenção, alguns decorrentes do próprio estágio de desenvolvimento da IA, outros ligados a características inerentes à **arbitragem**, que devem ser cautelosamente sopesados nessa utilização.

A rapidez é uma vantagem que salta na frente quando pensamos no uso da IA na produção de provas em um procedimento arbitral. Os algoritmos têm a capacidade de filtrar, classificar e resumir milhões de documentos em poucas horas. Com isso, ambas as partes economizam tempo, tanto a parte que vai selecionar a prova documental a ser produzida, quanto aquela que vai examinar os documentos apresentados. Esse ganho de tempo também pode beneficiar a prova pericial e otimizar o trabalho de peritos e assistentes técnicos. A redução do volume de revisão humana pode acarretar, ainda, uma redução marginal dos custos envolvidos nessa atividade.

No entanto, se é o árbitro que pretende usar a IA para examinar a prova documental ou pericial, essa utilização deve ser cuidadosa e limitada, não podendo substituir a interpretação da prova a ser feita pelo próprio árbitro, na medida em que integra sua função de julgar, que é personalíssima.

Outra vantagem é a precisão que a IA garante quando usada na seleção e categorização de um grande volume de documentos. A tecnologia TAR 2.0 - Technology Assisted Review de 2ª geração combina ciclos alternados de revisão humana com revisão por IA. Essa alternância possibilita que a IA vá "aprendendo" com a revisão humana e passe a seguir os parâmetros utilizados pela revisão humana, ga-

rantindo que, depois de alguns ciclos alternados, os documentos efetivamente importantes para aquela **arbitragem** tenham sido selecionados e organizados segundo categorias pré-estabelecidas. O resultado apresenta uma margem de acerto bastante significativa, não sendo difícil imaginar que paulatinamente essa margem vá crescer até atingir a perfeição, concomitantemente ao desenvolvimento da IA.

Outro aspecto em que os sistemas de IA podem trazer benefícios à fase de produção de provas na **arbitragem** é a utilização de ferramentas de análise relacional que são capazes de extrair de um grande volume de documentos informações sobre pessoas, datas e eventos, construindo, na sequência, linhas do tempo e organogramas que tornam a história do caso mais inteligível para árbitros e partes.

O uso de sistemas de IA na fase de produção de provas na **arbitragem** tem se disseminado também para fins de tradução, tanto de documentos utilizados nas provas documental e pericial, quanto de depoimentos colhidos na prova oral. Motores de tradução transformam de forma rápida e precisa documentos ou depoimentos em vários idiomas, evitando atrasos e reduzindo custos com tradução.

Questão sensível sobre o uso da IA na produção de provas na **arbitragem** é a confidencialidade, característica usual e muito valorizada pelas partes que escolhem a **arbitragem** como método de solução de conflitos.

De um lado, a IA pode ser utilizada para preservar a confidencialidade. Existem softwares que identificam cláusulas de confidencialidade, dados pessoais ou informações privilegiadas, tarjam esses trechos automaticamente antes que os documentos sejam disponibilizados na **arbitragem** e organizam um relatório indicando quais trechos foram tarjados e por quê.

Por outro, o uso da IA pode comprometer a con-

Continuação: Um retrato do uso da IA na produção de provas na arbitragem

fidencialidade, sendo diversos os riscos envolvidos. Em primeiro lugar, o upload de documentos que contenham dados sensíveis sem os devidos cuidados acarreta o risco de vazamento. Além disso, se o upload for feito em um sistema hospedado por terceiros, esse sistema pode usar os dados confidenciais para autotreinamento, ocasionando o risco de fragmentos do documento confidencial serem revelados em futuras respostas a serem dadas a terceiros. Portanto, documentos confidenciais jamais devem ser submetidos a sistemas de IA hospedados por terceiros, devendo se ter o cuidado de usar programas internos e ferramentas que disponham do nível de proteção compatível com o grau de confidencialidade dos documentos e da própria **arbitragem**.

Um problema que ainda existe no uso de ferramentas de inteligência artificial na produção e análise de provas na **arbitragem** decorre da alucinação. No estágio atual de desenvolvimento dos sistemas de IA, ainda são frequentes casos em que a IA "inventa" texto de lei, jurisprudência, artigo doutrinário. Os sistemas de IA querem dar uma resposta que satisfaça o interlocutor e muitas vezes eles erram para "agradar." Outras vezes os sistemas utilizam uma base de dados muito ampla para pesquisa e o resultado são respostas pouco precisas. Por conta disso, a utilização de sistemas de IA na fase de produção de provas na **arbitragem** não substitui a análise humana, que é indispensável, sobretudo considerando a necessidade de se interpretar as provas produzidas.

Questão sensível que decorre do uso da IA é a perpetuação de vieses. Os sistemas de IA podem reproduzir preconceitos, o que ocorre a partir do denominado "viés de aprendizado de máquina" ou "viés de algoritmo." Os sistemas de IA "aprendem" a partir de padrões já existentes e, numa segunda fase, quando vão tomar decisões - sobre qual documento é relevante, por exemplo - podem reproduzir uma visão distorcida a partir do parâmetro utilizado no seu treinamento. Esse exemplo evidencia que a análise da prova na **arbitragem**, tanto pelas partes, quanto es-

pecialmente pelos árbitros, deve ser cuidadosa e não se fiar em respostas apresentadas por sistemas de IA, que podem estar contaminadas por estereótipos.

Nesse contexto, é importante lembrar que uma das grandes vantagens da **arbitragem** é a análise individual do caso por profissionais que sejam especialistas na matéria, tanto por peritos e assistentes técnicos, quanto pelos próprios árbitros. Assim, a utilização de sistemas de IA para a elaboração, pelos experts, da prova a ser produzida na **arbitragem** e de sua correspondente análise pelos árbitros deve ser feita com cuidado redobrado a fim de garantir que o resultado não seja mera reprodução de parâmetros pré-concebidos, mas sim corresponda ao exame individual que cada caso exige.

Outro risco que não pode ser esquecido decorre da possível assimetria de recursos entre as partes de uma **arbitragem**. Atualmente, ainda existem sistemas de IA que são muito caros, então pode ocorrer de uma parte ter acesso a um sistema mais sofisticado e, consequentemente, mais caro, e outra não. Isso comprometeria a igualdade entre as partes e o próprio devido processo legal.

Interessante questão, que começa a ser debatida, é a necessidade de as partes divulgarem o uso da IA na **arbitragem**. O CIARB - Chartered Institute of Arbitrators lançou este ano um guia sobre o uso de IA em arbitragem³ com o objetivo de:

"Oferecer orientação sobre o uso da IA de modo a permitir que árbitros, partes, seus representantes e demais participantes aproveitem os benefícios da tecnologia, ao mesmo tempo em que apoia iniciativas práticas para mitigar riscos à integridade do processo, aos direitos processuais das partes e à equidade de eventual sentença arbitral ou acordo de transação."⁴

Em relação ao uso de IA na fase de produção de provas, uma das diretrizes do guia do CIARB prevê que a divulgação do uso de ferramentas de IA poderá ser

Continuação: Um retrato do uso da IA na produção de provas na arbitragem

exigida na medida em que esse uso tenha o potencial de causar impacto nas provas. Após consultar as partes, os árbitros podem estabelecer regras sobre o uso de IA pelas próprias partes, por peritos e testemunhas. Tais diretrizes devem indicar os parâmetros para o dever de divulgação, especificando o tipo de IA que está abrangida na obrigação de divulgar, as circunstâncias em que a divulgação é obrigatória e o prazo em que ela deve ser realizada.

A razão para essa divulgação é proporcionar aos demais participantes da **arbitragem** a oportunidade de compreender a forma e o contexto em que a IA foi ou será utilizada.

Caso uma parte deixe de cumprir a obrigação de divulgar o uso de IA, o árbitro poderá adotar medidas para investigar a omissão e deverá avaliar seus efeitos sobre a integridade do procedimento. Além disso, poderá tomar providências para sanar a falha de divulgação, estabelecer novas regras quanto ao uso da IA, extrair as conclusões pertinentes (incluindo, se for o caso, presunções desfavoráveis) ou considerar a omissão ao definir a responsabilidade pelas custas do procedimento.

O guia do CIARB contém modelo de acordo para o uso de IA na **arbitragem** e de ordem processual regulando o uso de IA na **arbitragem**.

Em 17 de julho de 2025 o CAM-CCBC editou a orientação administrativa 07/255, com diretrizes sobre a utilização de IA no âmbito dos processos administrados pelo Centro. Vale ressaltar que ao listar os riscos associados ao uso da IA, o CAM-CCBC fez referência a "possibilidade de geração de informações imprecisas ou falsas, a existência de vieses algorítmicos, a fragilidade quanto à proteção de dados confidenciais", preocupações refletidas neste artigo.⁶

O CAM-CCBC estabeleceu competir a todos os participantes da **arbitragem** zelar para que a utilização da IA seja feita levando em consideração os deveres

de confidencialidade e discrição, sendo os participantes dos procedimentos arbitrais encorajados a discutir os limites do uso da IA no seu caso concreto e incluir no termo de **arbitragem** regras pertinentes sobre o tema.

Considerando o ritmo em que a IA vem se desenvolvendo e seu uso se disseminando, não é necessário bola de cristal para imaginar que o seu papel na fase de produção de provas na **arbitragem** irá crescer cada vez mais, o que certamente trará desafios para partes, árbitros e demais envolvidos no procedimento, valendo acompanhar as regras que serão estabelecidas por entidades internacionais (como o CIARB) e pelas câmaras arbitrais.

O presente artigo foi elaborado a partir de notas preparadas pela autora para participar do Encontro sobre **Arbitragem** organizado pelo Comitê Jurídico da Amcham Brasil / Rio, realizado em 3/7/2025, no Rio de Janeiro. O painel do qual participou a autora tratou de questões relevantes sobre prova na **arbitragem**, dentre as quais o uso da inteligência artificial na produção de provas.

1 CRISTOFARO, Flavia Savio. O uso da inteligência artificial na **arbitragem** doméstica. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2025-abr-03/uso-da-inteligencia-artificial-na-arbitragem-domestica/>. Acesso em 23/8/2025.

Continuação: Um retrato do uso da IA na produção de provas na arbitragem

2 Lei de **Arbitragem**, Art. 13: "Pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes."

3 CIARB AI Guideline, março de 2025. Disponível em: <https://www.ciarb.org/media/m5dl3pha/ciarb-guideline-on-the-use-of-ai-in-arbitration-2025-final-march-2025.pdf>. Acesso em 27/8/2025.

4 Tradução livre de trecho da introdução do CIAB AI Guideline.

5 Orientação Administrativa nº 07/2025 - CAM-CBC. Disponível em: <https://www.ccbc.org.br/cam-ccbc-centro-arbitragem-mediacao/orientacao-administrativa-no-07-2025/>. Acesso em 26/8/2025.

6 A citada Orientação Administrativa foi editada após ter ocorrido o evento do Comitê Jurídico da Amcham Brasil / Rio, em 3/7/2025, cujas notas embasaram este artigo.

Flavia Cristofaro Mestre em Direito Internacional - UERJ. Advogada e Árbitra. Sócia de BSBC Advogados. Membro da Comissão de **Arbitragem** da OAB/RJ.

IA é forma sofisticada de pirataria, diz Laurentino Gomes

Assine já a Folha e tenha acesso ilimitado a notícias em tempo real, 150 colunas e newsletters exclusivas! Oferta exclusiva, não perca!

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - A revelação de que empresas de inteligência artificial americanas usaram cópias piratas também livros de brasileiros foi recebida com críticas por autores, agentes e herdeiros de espólios literários. É o caso de Laurentino Gomes, autor de best-sellers sobre a história do Brasil --a edição americana de "1808", escrito por ele, é uma 109 obras de autores brasileiros disponível em uma base de livros piratas que Meta e Anthropic usaram para treinar seus modelos de IA.

Da esq. para a dir.: o escritor Paulo Coelho, no prédio onde mora, em Genebra; Clarice Lispector, em foto sem data; Jorge Amado, em retrato de dezembro de 1972; e Chico Buarque, em recorte de capa do disco "Chico Buarque de Hollanda", de 1966 Niels Ackermann/Rezo; dez.72/Folhapress; Divulgação; Reprodução Montagem A imagem apresenta quatro retratos de pessoas em uma linha horizontal. À esquerda, um homem de cabelo grisalho e barba, usando óculos e uma camisa preta. Ao lado, um homem mais velho com cabelo grisalho e óculos, vestindo uma gravata e uma camisa clara. Em seguida, uma mulher com cabelo curto e escuro, usando um colar, com uma expressão séria. "O que hoje é vendido às pessoas como inteligência artificial --como se fosse uma capacidade extraordinária da tecnologia de imitar ou superar a capacidade humana-- por enquanto ainda é apenas uma forma muito sofisticada, avançada e complexa de **pirataria**", diz Laurentino. "Ou seja, o roubo puro e simples de conteúdo."

Já há mais de 40 processos por violações de **direitos** autorais nos Estados Unidos contra empresas de inteligência artificial. As ações contra a Meta e a Anthropic estão entre as mais rumorosas, pelo fato de as

duas empresas terem recorrido a cópias piratas de livros na **internet** para treinar chatbots. Um outro processo, contra a Microsoft, foi anexado ao primeiro por tratar das mesmas questões.

Em ambos os casos, a Justiça americana concordou que empregar os livros em si era uso justo. No da Anthropic, contudo, o magistrado viu uma violação de **direitos** autorais no uso das cópias piratas --e transformou o caso em uma ação coletiva, que pode gerar indenizações a autores de cerca de 7 milhões de livros.

Na terça-feira (26), a empresa comunicou à Justiça que chegou a um acordo com os autores do processo original, mas não divulgou detalhes da negociação. Agora, o juiz do caso precisa avaliar se o pacto atende de forma satisfatória os interesses da classe e validá-lo.

A Folha fez um levantamento em uma das bases de livros pirateados usada pelas empresas, a Books3, conhecida no treinamento de modelos de IA. Além de Laurentino, o conjunto tem cópias ilegais de obras de Clarice Lispector, Paulo Coelho, Chico Buarque e Raduan Nassar, entre outros --são 31 autores brasileiros em sete idiomas, no total.

Procuradas, Meta, Anthropic e Microsoft não quiseram comentar o caso.

"Os norte-americanos, que tão bem defenderam e até hoje defendem suas **patentes**, deveriam se empenhar mais em defender os direitos dos autores. É uma contradição do capitalismo dos EUA desrespeitar **direitos** autorais", diz Laurentino, que defende que autores busquem reparação financeira em casos assim.

Já Lúcia Riff, fundadora da maior agência literária do país, se diz "chocada com a falta de vergonha dessas

Continuação: IA é forma sofisticada de pirataria, diz Laurentino Gomes

mega empresas". A Agência Riff representa as obras de Rubem Fonseca, Lygia Fagundes Telles e João Cabral de Melo Neto, autores com livros na Books3.

"As edições piratas são, por definição, não confiáveis. É infinito o número de textos com autoria errada na **internet**. Normalizar esse uso é surreal", diz a agente.

Presidente do Instituto Hilda Hilst é responsável pela gestão do patrimônio da autora, Daniel Fuentes diz que nunca foi procurado para licenciar a obra da escritora para o desenvolvimento de chatbots.

Ele compara a atuação das empresas de tecnologia a um trabalho de digitalização da biblioteca de Hilda que o instituto hoje desenvolve para compartilhar anotações e desenhos da escritora. "Até do ponto de vista de um acervo, que tem óbvio interesse público e não tem interesse comercial porque é uma disponibilização gratuita, a gente está limitado e pode digitalizar apenas trechos."

Fernando Quintino, sócio do escritório CQS/FV, que atua no setor de mídia e entretenimento, diz que a lei de **direitos** autorais brasileira obriga as empresas de IA a obterem permissão se quiserem usar livros no treinamento de modelos de linguagem. "Se autorizada, a empresa deve revelar quais foram as obras utilizadas para gerar a obra artificial", diz ele.

Como são ferramentas desenvolvidas por pesquisadores na academia e no setor privado, já foi mais comum que novas versões de modelos de linguagem viessem acompanhadas de artigos em que os cientistas explicavam em detalhes quais bases de dados usaram. Com o acirramento da competição nesse setor, a transparência diminuiu --a última vez que a OpenAI divulgou as bases que usou para treinar seu chatbot, por exemplo, foi com o ChatGPT-3.5. Por isso, autores que buscam reparação precisam recorrer a relatórios de modelos antigos.

O Brasil não tem "uso justo" como os EUA, que permite a utilização gratuita para pesquisa e ensino. A lei brasileira tem um rol limitado de exceções, que não inclui desenvolvimento tecnológico.

Nem a mineração de dados na **internet** é considerada exceção. No Brasil, qualquer uso de material protegido sem autorização pode ser violação, mesmo que não haja ciência da empresa.

"Sempre dizemos que o direito corre atrás da tecnologia. Os casos ainda são muito recentes para terem gerado jurisprudência", diz a advogada Silvia Gandelman, que representa a obra de Jorge Amado. "Mas o direito de 'uso justo' americano é mais elástico, o nosso é mais estreito, somos mais influenciados pelo direito europeu nessa área."

Governo acionou reciprocidade por não ver margem de negociação com EUA

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Aplicar retaliações era última etapa do plano para lidar com tarifaço, dizem envolvidos no tema
Lei prevê possibilidade de reagir a medidas econômicas discriminatórias adotadas por outro país

Brasília

O governo Lula (PT) acionou o primeiro passo da Lei de Reciprocidade na noite de quinta-feira (28) por avaliar que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não deu margem nas últimas semanas para a abertura de negociações sobre o tarifaço de 50% imposto sobre produtos brasileiros.

A lei estabelece os critérios que podem ser utilizados pelo Brasil para reagir com medidas retaliatórias contra sanções econômicas aplicadas por outro país.

Segundo integrantes do governo que acompanham as discussões, o acionamento da lei ocorreu para delimitar etapas e deixar claro que o início do processo retaliatório se deu porque o Brasil é vítima de uma agressão dos americanos.

Ainda de acordo com essas fontes, a tendência é que o

Brasil não retalie os EUA com a imposição de sobretaxas sobre produtos americanos, devido aos prejuízos que uma decisão como essa traria à economia. O foco devem ser outras frentes previstas na legislação, como a suspensão de direitos de propriedade intelectual, a exemplo de **patentes** de medicamentos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em cerimônia no Palácio do Planalto.

-

Ainda segundo os envolvidos, a decisão de acionar a lei na quinta não tem relação com a aproximação do julgamento contra Jair Bolsonaro (PL) no STF (Supremo Tribunal Federal), que está marcado para começar na próxima terça-feira (2). O caso de Bolsonaro foi usado por Trump como motivação das sanções, mas o governo Lula rejeita incluir esse tema na mesa de negociações.

O governo já havia estabelecido quatro frentes de atuação para lidar com o tarifaço: negociação, mitigação dos efeitos (com o anúncio de medidas de contingência para amparar empresas, com o Plano Brasil Soberano), busca por novos mercados internacionais e, por fim, a aplicação da reciprocidade.

O bloqueio dos EUA às tentativas de negociação do Brasil e a falta de abertura determinaram o acionamento da lei na noite de quinta.

Desde o anúncio do tarifaço, a gestão de Lula vinha buscando contato com os americanos por meio do vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, além do chanceler, Mau-

Continuação:

Governo acionou reciprocidade por não ver margem de negociação com EUA

ro Vieira, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Além dos entraves no contato com as autoridades americanas - havendo, por exemplo, o cancelamento da reunião entre Haddad e o secretário do Tesouro, Scott Bessent -, o clima na tratativa do tema piorou após os Estados Unidos abrirem uma investigação comercial contra o Brasil por meio do USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA). O objetivo é apurar supostas práticas injustas do Brasil no comércio bilateral.

Na ação de quinta, o Ministério de Relações Exteriores deu um prazo de 30 dias para que a Camex (Câmara de Comércio Exterior) analise os argumentos sobre a legalidade do acionamento dos instrumentos de retaliação.

Por determinação de Lula, a equipe da Fazenda já vinha elaborando nos últimos dias, com a ajuda de outras pastas, um conjunto de medidas para eventual resposta às sanções impostas pelo governo de Trump contra o Brasil.

De lá para cá, o governo brasileiro reforçou um discurso mais nacionalista e com reforços à ideia de soberania nacional. Em suas falas públicas, Lula tem reiterado mensagens de que o Brasil não será "subalterno" e de que não iria se humilhar diante de Trump.

Um telefonema entre os dois chegou a ser aventado, mas, até o momento, não ocorreu. Em paralelo, Lula enviou uma carta convidando seu homólogo americano a participar da COP30, a conferência climática da ONU (Organização das Nações Unidas) que será realizada em novembro, em Belém.

Segundo auxiliares do presidente, o texto da carta não menciona o tarifaço, limitando-se ao convite, nos mesmos moldes do que foi enviado aos demais chefes de Estado. Um dos objetivos do envio da carta é reforçar a mensagem de que Lula não tem problema direto com Trump.

Tarifas recíprocas contra EUA levariam meses, mas Brasil tem ferramenta para retaliação rápida

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Segundo o governo, objetivo não é usar lei de reciprocidade no curto prazo

Caso Trump imponha medidas drásticas, país pode reagir rapidamente contra bens

São Paulo

O governo brasileiro não pretende recorrer à chamada Lei de Reciprocidade para retaliar contra os Estados Unidos no momento, disse nesta sexta-feira (29) uma fonte do Planalto. Para uma retaliação ao tarifação são necessários até sete meses de deliberações, segundo processo previsto na lei.

No entanto, segundo o Planalto, o Brasil tem à disposição uma ferramenta emergencial para retaliação no curto prazo, que pode ser usada caso o presidente Donald Trump anuncie sanções extremas contra o Brasil após o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), que começa dia 2 de setembro.

Essa ferramenta emergencial só pode ser usada para impor tarifas sobre bens, retaliação considerada mais prejudicial ao setor produtivo brasileiro. O governo

prefere retaliar sobre propriedade intelectual, como streaming e **patentes**.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa de solenidade no Planalto.

-

Em reação às tarifas de 50% impostas pelo governo Trump a produtos brasileiros, o governo iniciou nesta semana o processo de aplicação da legislação de reciprocidade. De acordo com o texto da lei 15.122 aprovada em abril deste ano, e o decreto que a regulamentou, de julho, pode levar até sete meses para que as medidas sejam efetivamente aplicadas.

A proposta de contramedidas enviada pelo governo será avaliada agora pelo Comitê-Executivo de Gestão da Camex, que pode levar até 30 dias, prazo prorrogável por igual período, para determinar se há fundamentação para as contramedidas.

Em caso positivo, passa-se a uma consulta pública e avaliação por um grupo de trabalho com participação do setor privado por 30 dias. Só então o comitê executivo de gestão da Camex decidiria se haveria retaliação e em que formato. O prazo para a decisão é de 60 dias, prorrogável por mais 60.

O prazo total do processo é semelhante ao da investigação da seção 301 aberta pelo governo americano contra o Brasil em julho -e que pode levar a mais sanções e tarifas.

No entanto, a Lei de Reciprocidade prevê que, "em casos excepcionais, é o Poder Executivo autorizado a adotar contramedida provisória, válida ao longo da

Continuação:
Tarifas recíprocas contra EUA levariam meses, mas Brasil tem ferramenta para retaliação rápida

realização das etapas".

Segundo fonte do Planalto, o objetivo de iniciar o processo agora é simplesmente "habilitar uma possibilidade de resposta", uma vez que leva vários meses para que ela tenha efeito.

Quanto às medidas emergenciais, a princípio, a ideia é não usar. No entanto, caso Trump reaja ao julgamento de Bolsonaro com medidas drásticas, como sanções sobre o Pix e bancos brasileiros, por exemplo, seria cogitado o "fast track".

A forma de retaliação considerada menos prejudicial ao setor produtivo brasileiro é a suspensão de concessões ou de outras obrigações do país relativas a direitos de propriedade intelectual -por exemplo, em relação a serviços de streaming. Nesse caso, não há

possibilidade de adotar medidas provisórias aceleradas, é necessário passar por todo o processo de avaliação das contramedidas na Camex, que pode levar meses.

Portanto, caso o Brasil considere que é necessário recorrer a contramedidas provisórias e emergenciais, a retaliação será sobre bens. Uma ideia seria impor tarifas maiores sobre produtos de luxo, que são finais e, portanto, afetariam menos as cadeias produtivas brasileiras.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou, em nota divulgada nesta sexta-feira (29) que agora "não é o momento" para o Brasil discutir medidas de retaliação contra os EUA.

Maior operação contra sementes piratas no Brasil apreende 3 mil toneladas no RS

PRISMA



Prejuízo estimado em R\$ 35 milhões; segundo a CropLife, **pirataria** causa perdas de R\$ 10 bilhões por ano à agricultura brasileira

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul, em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a Secretaria da Agricultura do Estado (SEAPI/RS), deflagrou a maior operação já registrada no Brasil contra a **pirataria** de sementes.

A ação, chamada Semente Segura II, resultou na apreensão de 3 mil toneladas de sementes irregulares, principalmente de soja, avaliadas em R\$ 35 milhões.

A operação mobilizou 64 policiais civis, 20 fiscais do MAPA e 21 fiscais estaduais, passando por 14 municípios gaúchos entre os dias 26 e 29 de agosto.

Além das apreensões, uma empresa foi autuada por operar uma aeronave agrícola sem registro no MAPA, e produtores foram flagrados com defensivos ilegais ou mal armazenados, com risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Segundo a CropLife Brasil, entidade que representa empresas de sementes e defensivos, a **pirataria** de sementes de soja representa um prejuízo anual de R\$ 10 bilhões no país - só no Rio Grande do Sul, as perdas somam R\$ 1,1 bilhão por ano. Estudo da consultoria Céleres aponta que sementes ilegais ocupam cerca de 11% da área plantada com soja no Brasil.

Essas sementes, produzidas fora do sistema legal, não têm controle genético nem sanitário, o que compromete a produtividade, estimula a proliferação de pragas e enfraquece a inovação no setor. Além disso, expõem agricultores a sanções legais e prejudicam a imagem do agronegócio nacional.

"**Pirataria** de sementes é um tema grave para a cadeia produtiva do agro. É preciso fomentar novas condutas por parte dos produtores, como boas práticas agrícolas e uso de sementes certificadas. Fiscalização constante por parte do poder público e punição conforme a legislação para quem persistir na prática dessa atividade ilegal é fundamental para mitigar o problema. Por isso, a CropLife Brasil contribui na capacitação de agentes fiscalizadores para a identificação e apreensão de insumos ilegais, assim como promove a destinação final e ambientalmente correta dos insumos ilegais apreendidos. É um trabalho em conjunto entre indústria e poder público", disse Nilto Mendes, gerente de Combate a Produtos Ilegais na CropLife Brasil.

A entidade também reforça a importância do engajamento da sociedade no combate ao mercado ilegal e mantém um canal de denúncias anônimas para apoiar esse trabalho.

âFique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7, o portal de notícias da Record, no

Colgate entra para grupo de marcas de alto renome no Brasil



O alto renome deve ser requerido por meio de petição dirigida ao **INPI**, onde deve ser demonstrado o cumprimento dos diferentes requisitos estabelecidos na Portaria No. 08/2002, recentemente atualizada após consulta pública encerrada em maio de 2025.

Os fatos que mexem no bolso são o destaque da análise do VEJA Mercado:

Atualmente, 193 marcas possuem esse status

A Colgate é uma das mais recentes integrantes do grupo das empresas titulares de marcas de alto renome no , reconhecidas pelo Instituto Nacional da **Propriedade Industrial (INPI)**. Atualmente, 193 marcas possuem esse status. "O status de alto renome atesta que a marca possui elevada distintividade e amplo reconhecimento junto ao público brasileiro, que a associa, juntamente com seus produtos e/ou serviços, a prestígio, tradição e qualidade. Por esse motivo, ela possui proteção especial, em todos os segmentos de mercado, conforme previsto na Lei No. 9.279/96 (Lei da **Propriedade Industrial**)", explica Philippe Bhering, do Bhering Advogados, que liderou o processo de reconhecimento da marca Colgate.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5

Patentes
5, 13, 15, 17

Arbitragem e Mediação
7, 9

Direitos Autorais
13

Pirataria
13, 19

Marco regulatório | INPI
20

Propriedade Industrial
20